



'CASAL MALOKA'

Ex-moradores de rua brilham na rede

O antes e depois da dupla que conquistou 2 milhões de seguidores em quatro meses

PARA  
ACESSAR  
APONTE  
O CELULAR  
PARA  
O QR CODE

ALEX ROCHA/PMPA/19.02.2024



# SEQUELAS DA COVID

## Educação perde R\$ 1,2 bilhão por gastos abaixo do piso na pandemia

BRUNO ALFANO  
bruno.alfano@extra.inf.br

Uma emenda constitucional de 2021 tirou pelo menos R\$ 1,2 bilhão da educação ao eximir prefeitos e governadores de cumprirem o mínimo constitucional naquele ano e no anterior por conta da pandemia da Covid-19. Esse valor ainda pode crescer, já que 1,5 mil municípios e oito estados ainda não prestaram contas de seus gastos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A cifra foi calculada pelo GLOBO com base em uma listagem da Comissão Permanente de Educação (Copeduc), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, que compilou as pendências cidade a cidade.

A regra permitiu a prefeitos e governadores não aplicarem o mínimo de 25% da arrecadação em educação em virtude da crise sanitária.

Sem essa medida, gestores municipais e estaduais poderiam sofrer sanções como o impedimento de receber verbas da União ou a imputação de crime de responsabilidade.

— Tem município que em 2020 não aplicou nada em educação — afirma Lucas Sachsida, promotor de Alagoas e integrante Copeduc.

A emenda exigia como contrapartida que o ente federativo deveria “complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023” o dinheiro não gasto em 2020 e 2021. O destino da verba precisaria ser em ações básicas como salário e formação de professores e de outros profissionais da educação, melhorias na infraestrutura das escolas, acesso à internet, aquisição de materiais, transporte escolar ou execuções de obras.

Porém, de acordo com o levantamento da Copeduc, 127

municípios e o Espírito Santo não cumpriram essa contrapartida até 2023. Porto Alegre, por exemplo, teria mais de R\$ 300 milhões não repostos.

Procurada, a prefeitura da capital gaúcha alegou que já repôs o que devia. Segundo a Secretaria municipal de Fazenda, uma parte da complementação foi feita no pagamento de aposentadorias, o que foi aceito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas não contabilizado pelo FNDE. Já o governo do Espírito Santo afirmou apenas que as contas de 2019 a 2022 foram aprovadas pelo TCE local.

### 1,5 mil

municípios e oito estados

Ainda não prestaram contas de seus gastos com educação em 2023 ao FNDE

Durante a pandemia, as escolas ficaram quase dois anos fechadas. Logo nos primeiros meses, a falta de merenda (aliada ao aumento da pobreza causada pelo desemprego e as dificuldades de trabalhadores informais) deixou muitas famílias em dificuldade para garantir todas as refeições para as crianças. A adaptação ao ensino remoto — garantindo plataformas e acesso dos estudantes a dispositivos digitais — também demorou e nunca foi completamente garantida a todos os estudantes.

O problema não reduziu após a quarentena. Sachsida lembra que o Brasil está chegando ao fim do Plano Nacional de Educação (2014-2024) com 80% das metas não atingidas, como a oferta de vagas em creches e de escolas em tempo integral (com mais de sete horas diárias de aulas).

A partir desse ano, com as entregas dos balanços fi-

nanceiros, foi possível identificar quem não devolveu valores não usados em 2020 e 2021. Em Alagoas, Sachsida tem chamado os municípios para negociar uma forma de recompor esses valores nos próximos anos.

#### PUNIÇÕES E JUROS

Vice-presidente de Relações Político-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola confirma que a falta de atendimento à contrapartida exigida pela emenda constitucional pode resultar em responsabilização dos gestores.

— Os recursos precisarão ser repostos, mesmo que fora do prazo, mas com correção monetária — frisou.

Sachsida afirma que é preocupante o alto número de entes federativos que ainda não prestaram contas. Nessa lista estão os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Pernambuco, Alagoas, Pará e Amapá. Entre as capitais, Cuiabá, Macaé, Teresina e Macapá.

— A falta de informação pode gerar falta de repasses de verba, como uma parte do Fundeb, a complementação Valor Aluno Ano Total, que só é paga para quem cumpre uma série de requisitos. Significa perdas milionárias às redes que não entregam o balanço — explicou o promotor.

#### Pendência.

Alunos da rede de Porto Alegre na volta às aulas este ano: gestão local tem R\$ 300 milhões para a educação ainda não repostos



“Tem município que em 2020 não aplicou nada em educação”

Lucas Sachsida, promotor

“Os recursos precisarão ser repostos, mesmo que fora do prazo, mas com correção monetária”

Cezar Miola, da Atricon

## ANTÔNIO GOIS



antonio.gois@jeduca.org.br



### Percepções do Novo Ensino Médio

Na semana passada, a Unesco divulgou sua pesquisa sobre a percepção de estudantes, professores e gestores a respeito do Novo Ensino Médio, aprovado em 2017 e já em vias de alteração no Congresso. Resultados preliminares divulgados em dezembro já haviam identificado alto grau de insatisfação, mas o detalhamento completo dos motivos citados por cada

grupo revela nuances e diferenças entre eles, evidenciando mais uma vez o quão complexa é a implementação de uma reforma que altera significativamente a organização escolar.

A maioria dos estudantes (55%), gestores (66%) e professores (76%) disse estar insatisfeita com as mudanças e, entre alunos e docentes, a maioria afirma que o nível de informação ou conhecimento era insuficiente (52% dos professores e 55% dos jovens), situação que é um pouco menos pior entre diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos (42%). Como destacado na divulgação da pesquisa, as taxas de insatisfação são menores entre aqueles que disseram estar, em algum grau, bem informados. Por um lado, pode ser um indício de que, onde a implementação foi melhor, a resistência foi menor. Por outro, percentuais tão altos de insatisfação e desconhecimento confirmam o quanto o poder público tem falhado na condução da reforma.

Outra evidência no distanciamento entre a promessa e a prática está na oferta de formação técnica e profissional. Aqui há alto

grau de concordância (61% dos professores, 68% dos gestores e 85% dos alunos) em relação à possibilidade de integração dessa área no Novo Ensino Médio. No entanto, 67% dos gestores disseram que em suas escolas não foi oferecido aos alunos nenhum itinerário de formação profissionalizante.

Apesar das taxas majoritárias de insatisfação, quando a pergunta é em relação ao modelo, o padrão de resposta varia significativamente entre grupos. A Unesco questionou se o Novo Ensino Médio estava contribuindo para o fortalecimento do protagonismo juvenil; para o maior interesse dos(as) jovens em se manter na escola; se favorecia a preparação básica do(a) jovem para o mundo do trabalho; se promovia a elevação da qualidade do ensino no país; e se desenvolvia competências e habilidades dos(as) jovens necessárias para atender às demandas da sociedade contemporânea.

Uma evidência no distanciamento entre a promessa e a prática está na oferta de formação técnica e profissional

resposta varia significativamente entre grupos. A Unesco questionou se o Novo Ensino Médio estava contribuindo para o fortalecimento do protagonismo juvenil; para o maior interesse dos(as) jovens em se manter na escola; se favorecia a preparação básica do(a) jovem para o mundo do trabalho; se promovia a elevação da qualidade do ensino no país; e se desenvolvia competências e habilidades dos(as) jovens necessárias para atender às demandas da sociedade contemporânea.

Entre professores, em todas essas questões o apoio foi minoritário. Entre gestores também, com exceção do protagonismo juvenil. Já entre estudantes, o padrão se inverte, com concordâncias sempre iguais ou superiores a 50%. Por exemplo, 50% dos alunos dizem que a reforma contribui para o maior interesse do jovem em se manter na escola. Entre professores, a proporção cai a 20% e, entre gestores, a 32%.

Um dado surpreendente é a insatisfação com o aumento da carga horária, pois a elevação de quatro para cinco horas diárias foi um dos poucos pontos de consenso entre especialistas. Mas o percentual dos que consideraram isso ruim ou péssimo foi significativo entre gestores (40%) e professores (47%), além de majoritário (63%) entre estudantes. Considerando que há um movimento das políticas públicas de expansão da educação em tempo integral, esse é um aspecto que não pode ser ignorado. Se a escola não for atrativa e se o poder público não oferecer condições para que o aluno consiga se manter estudando sem precisar trabalhar, o resultado pode ser o oposto do esperado.